

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR – MDA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – Conab DIRETORIA DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO – Dirab SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES COMERCIAIS – Suope GERÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÕES DE ESTOQUES – Gecom

#### AVISO DE LEILÃO DE COMPRA DE ARROZ BENEFICIADO POLIDO № 47/2024.

#### 1. DO OBJETO:

- 1.1. Compra de 300.000.000,000 (trezentos milhões) kg de arroz beneficiado, polido, longo fino, Tipo 1, safra 2023/2024, importado, a serem entregues nas quantidades e nos locais definidos no Anexo I, conforme especificações técnicas constantes do Anexo II, e com logomarcas a serem especificadas nos Ánexos IV e V, deste Aviso, para atendimento à Medida Provisória nº 1.217, de 09 de Maio de 2024, Medida Provisória nº 1.218, de 11 de maio de 2024 e à Medida Provisória nº 1.225, de 24 de maio de 2024 bem como à Portaria Interministerial MDA/MAPA/MF nº 03, de 13/05/2024 e Portaria Interministerial MDA/MAPA/MF nº 04, de 28/05/2024.
- 1.2. O produto deverá ter aspecto, cor, odor e sabor característico de arroz beneficiado polido longo fino tipo1, sendo vedada a aquisição de arroz aromático.
- 1.3. O produto deverá estar acondicionado em embalagem com capacidade de 5kg, transparente e incolor, de modo a permitir a perfeita visualização do produto e com a logomarca a ser especificada no Anexo IV.
  - 1.3.1. As embalagens coletivas deverão ser padronizadas por COC, não se admitindo variações no peso por tipo de embalagem individual e nem variação da quantidade de unidades individuais dentro das embalagens coletivas que compõem o total do COC, e com a logomarca a ser especificada no Anexo V.
- 1.4. Para comprovação da importação do arroz, deverá ser apresentada a Declaração Única de Importação (DUIMP) ou Certificado de Origem do Produto (COP), emitida com data posterior ao leilão, para a Superintendência Regional da Conab do local de destino do produto, somado aos demais documentos exigidos.
- 1.5. A satisfação do objeto deste Aviso reger-se-á pela Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e Lei nº 14.133, de 01/04/2021, respaldada pelo Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024.
- 2. DA DATA E HORÁRIO DO LEILÃO: dia 06/06/2024, às 9 horas, horário de Brasília/DF
- 3. DA MODALIDADE, DO SISTEMA E DO LOCAL DO LEILÃO ELETRÔNICO: na modalidade "viva-voz", com utilização do Sistema de Comercialização Eletrônica da Conab (SISCOE) em Brasília-DF, com interligação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros.
- 4. DOS PARTICIPANTES E DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:
- **4.1.** Entende-se por participante, qualquer empresa fornecedora do produto em nome da qual toda a documentação deverá ser emitida.



- **4.2.** Na data da realização do leilão, os participantes deverão:
- **4.2.1.** estar cadastrados perante a Bolsa por meio da qual pretendam realizar a operação;
- **4.2.2.** estar em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), bem como possuir habilitação jurídica e regularidade fiscal federal e trabalhista federal:
- **4.2.3.** estar em situação regular no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) no que se refere à Regularidade Fiscal (Receita Federal/PGFN), à Regularidade da Previdência Social e à Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- **4.2.3.1.** a regularidade no Cadin será verificada também quando do pagamento previsto no item 10 deste Aviso;
- **4.2.4.** estar em situação regular no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), no caso de pessoa jurídica;
- **4.2.5.** estar corretamente inscritos no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- **4.2.6**. estar registrados, na data da realização do leilão, no Sistema de Cadastro Nacional de Produtores Rurais e demais agentes (Sican), instituído pela Conab, e disponibilizado em seu sítio eletrônico;
- **4.2.7.** não possuir penalidade de suspensão aplicada por frustrar ou fraudar o certame ou ainda por reincidir em qualquer uma das infrações deste Aviso registrada no Cadastro de Penalidades da Conab.
- **4.3.** A regularidade perante o Cadin e o Sicaf poderá ser comprovada pela apresentação das certidões da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- **4.4.** O participante que se encontrar irregular no Sistema de Registro e Controle de Inadimplentes da Conab (Sircoi) poderá participar desde que, até a realização do leilão, expressa e formalmente autorize a compensação entre o crédito a receber e o débito incontroverso registrado no sistema de cobrança da Conab, conforme modelo Anexo III deste Aviso.
- **4.4.1.** A Bolsa autorizada a representar o participante no leilão, caso este arremate o lote, deverá encaminhar, em até 48 horas, a Autorização (original ou cópia autenticada), devidamente assinada pelo participante e/ou do representante legal e com visto do responsável (sob carimbo) pela Bolsa, para Suope/Gerop.
- **4.5.** Cada participante deverá entregar documentação na qual esteja devidamente discriminada razão social, nomes de sócios, CPF, CNPJ, endereços, e quaisquer outras informações necessárias à sua perfeita identificação, incluindo a cópia do alvará de funcionamento ou registro do seu estabelecimento.
  - **4.5.1.** Esta documentação deverá ficar em poder da Bolsa para encaminhamento

a Conab, na data em que for solicitada.

- **4.6.** A participação irregular do fornecedor e a não observância dos subitens de 4.2. a 4.5. implicará o cancelamento da operação e será considerado como infração.
- **4.7**. Cada participante, em um mesmo lote, só poderá ser representado por meio de uma única Bolsa e de um único corretor.
- **4.8.** Entende-se por fornecedor, o participante que se sagrar como vencedor de cada lote do leilão.
  - **4.9.** Toda a documentação será emitida em nome do fornecedor.

#### 5. DOS IMPEDIMENTOS:

- **5.1.** Estará impedida de participar dos leilões e arrematar lote no leilão de compra a empresa participante:
- **5.1.1.** cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Conab;
  - **5.1.2.** suspensa pela Conab;
- **5.1.3.** declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a Conab, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- **5.1.4.** constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- **5.1.5.** cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- **5.1.6.** constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- **5.1.7.** cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- **5.1.8.** que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

## 5.2. Aplica-se a vedação prevista no subitem 5.1:

- **5.2.1**. à contratação com empregado ou dirigente da Conab, como pessoa física, bem como à participação dele no leilão;
- **5.2.2.** cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há menos de 6 (seis) meses;
  - **5.2.3.** a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
    - **5.2.3.1**. dirigente da Conab;



5.2.3.2. empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela operação de compra no âmbito da Matriz e da Superintendência Regional;

## **5.2.3.3**. autoridade do Mapa.

**5.3.** O arrematante deverá atestar que não se enquadra nas condições previstas no item 5, deste Aviso e no Artigo 13 do Regulamento para Operacionalização de Compras de Produtos pela Conab nº 30.906, por meio de Declaração Negativa de Impedimento, constante no Sican.

# 6. DA CONFIRMAÇÃO DA OPERAÇÃO:

- **6.1.** A confirmação da operação ocorrerá mediante a emissão de Comunicado de Compra (COC), que será gerado pelo Siscoe, contendo todas as informações referentes ao fechamento da operação.
- **6.2.** Será emitido um único COC para cada fornecedor, por Bolsa, para um mesmo lote.
- 6.3. A Bolsa deverá incluir no campo Observação, quando do preenchimento do COC, a marca do produto a ser entregue na Conab, o código de Numeração Global de Item Comercial (GTIN) que será divulgado em até 2 dias úteis anteriores à data de realização do leilão, e o código Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

## 7. DO PREÇO DE COMPRA:

- **7.1.** O preço máximo de aceitação para fechamento da compra será definido pela Conab, em R\$/Kg, sem ICMS e/ou outros tributos, e será divulgado com antecedência de, no mínimo, 02 (dois) dias úteis anteriores à data de realização do leilão.
- **7.2.** O preço para a negociação será ofertado em nível decrescente, tendo como referência o valor máximo de aceitação.
- **7.3.** Sobre o preço de fechamento da compra haverá a incidência de ICMS, e/ou outros tributos, devendo o fornecedor pautar-se na legislação tributária vigente, considerando a origem e o destino da mercadoria.
- **7.4.** Nos tributos decorrentes de PIS/Cofins, o fornecedor deverá observar a legislação federal vigente.
- **7.5.** Caso o fornecedor se enquadre em algum benefício fiscal, deverá especificar, na Nota Fiscal de Venda (Danfe), a legislação e o referido benefício.

# 8. DA GARANTIA DA OPERAÇÃO:

- **8.1.** A garantia terá o seu valor estipulado equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total da operação, com tributos, constante do COC, devendo ser individualizada por COC. O prazo final para constituição da garantia será 13/06/2024.
- **8.2.** A não apresentação da garantia no prazo estipulado implicará o cancelamento da operação, facultado pelo Art. 569, incisos I e IV do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab RLC 10.901, assim como as demais penalidades previstas neste Aviso e no Regulamento para Operacionalização de Compras de Produtos pela Conab nº 30.906.



**8.3.** O participante poderá optar por uma das seguintes formas de apresentação de garantia: Caução em Dinheiro, Seguro-Garantia ou Carta de Fiança Bancária:

## **8.3.1.** Caução em Dinheiro

- **8.3.1.1.** Pagamento por transferência entre contas do Banco do Brasil: Na agência do Banco do Brasil: solicitar ao caixa a transferência para a Conta Única do Tesouro informando UG:135100, Gestão:22211 Código de Receita: 98811-1; ou Pela internet (Gerenciador Financeiro) ou pelo Terminal de Auto Atendimento: escolher a opção Depósito na Conta Única do Tesouro e informar UG:135100, Gestão:22211 Código Receita: 98811-1, Valor: registrar o valor da caução, CNPJ: registrar o CNPJ do fornecedor.
- **8.3.1.2.** Pagamento realizado em outros bancos: obrigatoriamente fazer uma TED, para o Banco do Brasil-001, agência 1607-1, Conta nº 170.500-8, Código identificador nº 1: 1351002221198811 (sem o código não haverá a transferência), Valor: registrar o valor da caução; caso solicite o Identificador 2: registrar o CNPJ/CPF do fornecedor.
- **8.3.1.3.** Pagamento por boleto GRU: para emissão da GRU, acessar pelo, link Impressão de GRU, site www.tesouro.fazenda.gov.br, informando como UG: 135100, Gestão: 22211 e Código de Recolhimento: 98811-1, Número de referência: registrar o número do COC; CNPJ ou CPF do contribuinte: registrar o CNPJ do fornecedor; Valor principal e valor total: registrar o valor da caução. Quanto ao pagamento da GRU, somente nas agências do Banco do Brasil.
- **8.3.1.4.** Em qualquer das opções, a Bolsa ou o participante deverá enviar à Superintendência Regional da Conab (Sureg) destinatária do lote adquirido, cópia do comprovante de depósito, especificando o número do Aviso, razão social, CNPJ e lote a que se refere, até o dia **14/06/2024**.
- **8.3.2.** A garantia contratual representada por seguro-garantia, deverá ter o prazo mínimo de validade de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados do prazo limite para a constituição da garantia especificado no subitem 8.1, e contendo a seguinte redação: "Garantia das obrigações assumidas pelo tomador deste seguro no cumprimento da execução da operação de compra de (mencionar o produto objeto deste Aviso) contratado no Aviso de Leilão de Compra nº (mencionar o nº do Aviso e do lote), em conformidade com a exigência do Capítulo VIII do Regulamento para Operacionalização de Compras de Produtos pela Conab 30.906.
- **8.3.2.1.** A Bolsa ou o participante deverá enviar à Sureg destinatária do lote adquirido, a apólice de seguro, especificando o número do Aviso, razão social, CNPJ e lote a que se refere, até o dia **14/06/2024**, sendo que a Conab terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para sua análise e aprovação.
- **8.3.3.** A Carta Fiança Bancária (CFB), deverá ter prazo mínimo de validade de 90 (noventa) dias corridos, contados do prazo limite para a constituição da garantia especificado no subitem 8.1.
- **8.3.3.1.** A CFB deverá ser entregue na Sureg destinatária do lote adquirido, dentro do prazo limite previsto para a constituição da garantia especificado no subitem 8.1., sendo que a Conab terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para sua análise e aprovação.



- **8.4.** A garantia só será devolvida pela Conab ao interessado, em até 10 (dez) dias úteis após o aceite total do lote objeto da garantia, sem atualização monetária.
- **8.5.** Caso a operação seja cancelada, total ou parcialmente (acima de 5%) pela não entrega da mercadoria negociada, a garantia não será devolvida, sendo transferida em sua totalidade para a Conab.
- **8.5.1.** Nos casos de entrega superior ou igual a 95% e inferior a 100% do COC, haverá desconto da garantia conforme subitem 9.4.2, a título de indenização.
- **8.5.2.** Quando o cancelamento da operação ensejar em multa, após o regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo Aviso.
- **8.5.3.** Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o fornecedor pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Conab ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- **8.6.** A Sureg só autorizará o recebimento do produto mediante comprovação da garantia.
- **8.6.1.** Somente serão aceitos documentos em via original, autenticada ou assinada eletronicamente contendo código de verificação, ou via com assinatura digital contendo a certificação digital obrigatória, de acordo com a legislação de autenticidade de documentos.

## 9. DA ENTREGA E DO CONTROLE DE QUALIDADE DO PRODUTO:

- **9.1.** O período para entrega do produto, sem cobrança de multa, será até o dia 08/09/2024.
- **9.1.1.** Admitir-se-á prazo adicional máximo de 10 (dez) dias corridos, contados após o prazo limite final para entrega do produto, constante do subitem 9.1., com incidência de multa diária por dia corrido.
- **9.1.1.1**. Nesse caso, incidirá multa de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor registrado no COC, proporcionalmente às quantidades não entregues, até a efetiva entrega do produto dentro do novo prazo concedido.
- **9.1.1.2.** Caso não ocorra a entrega dentro do prazo adicional concedido, a operação será cancelada e aplicada as devidas penalidades.
- **9.1.2.** O valor da multa por atraso será descontado na fatura a ser paga ao fornecedor, pela Sureg recebedora do produto.
- **9.2.** O produto será entregue na modalidade CIF (custos, seguro e frete, inclusive despesas de braçagem, **carga e descarga** serão por conta do fornecedor) e desembaraçado nos locais descritos no Anexo I, em conformidade com as Especificações constantes no Anexo II e demais condições definidas neste Aviso.
- **9.2.1**. As despesas de braçagem serão cobradas do fornecedor, na fatura, quando da emissão da guia de pagamento (GP), de acordo com a tabela de preços dos

serviços contratada pela Conab, acrescido da taxa de recepção/expedição e da taxa de administração de 10% (dez por cento). As taxas estão previstas na Tabela de Tarifas para Unidades Armazenadoras de Ambiente Natural da Conab, disponível no site da Conab, em Produtos e Serviços/Armazenagem/Tarifas de Armazenagem.

- **9.2.2.** O produto deverá ser embalado no país de origem, devendo observar o item 8 do Anexo II (Padrões Especificações).
- 9.2.3. O fornecedor poderá disponibilizar o produto para fiscalização e aceitabilidade nas localidades definidas no Anexo I.
- **9.3.** O produto deverá ser faturado de acordo com os dados constantes do Anexo I, relação de lotes, observando que a Nota Fiscal de Venda deverá ser emitida pelo fornecedor, obedecendo aos mesmos dados constantes do COC.
- **9.3.1.** Na venda de mercadoria para entrega em armazém geral localizado na mesma UF do fornecedor, este deverá emitir a Nota Fiscal de Venda com os dados constantes do Anexo I, relação de lotes. Na coluna de dados adicionais da Nota Fiscal de Venda, deverá ser mencionado o nome do armazém geral, o CNPJ, a Inscrição Estadual e o endereço em que a mercadoria será entregue.
- **9.3.2.** Quando for constatado pelos órgãos de fiscalização, o excesso de peso no transporte do produto, as despesas tributárias e multas referentes à operação ficarão a cargo do fornecedor.
- **9.3.3.** Conforme contido no Ajuste Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais (Sinief) nº 16, de 10/12/2010, o fornecedor deverá obrigatoriamente preencher os campos cEAN e cEANTrib, da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), quando o produto comercializado possuir código de barras GTIN, lançando também o referido código GTIN no campo de "informações complementares dados adicionais" da NF-e, de forma a ser impresso no Danfe, ou, se for o caso, anexar ao Danfe um documento adicional contendo este código.
- **9.3.4.** Conforme contido no Ajuste Sinief nº 12, de 25/09/2009, a identificação das mercadorias comercializadas com a utilização da NF-e deverá conter, obrigatoriamente, também, o seu correspondente código NCM.
- **9.4.** A entrega do produto deverá obedecer à quantidade total negociada no COC, dentro do prazo estabelecido.
- **9.4.1.** Caso o fornecedor entregue abaixo de 95% do COC, no período estipulado neste Aviso, a operação será cancelada e a garantia revertida em sua totalidade para a Conab.
- **9.4.2.** Caso o fornecedor entregue uma quantidade de produto entre 95% e abaixo de 100% do COC, a Conab deduzirá da garantia o valor correspondente à falta verificada, tendo como base para cálculo o valor do produto, com ICMS, constante do COC.
- **9.4.3.** No caso de garantia constituída por CFB, o fornecedor deverá depositar o valor correspondente à falta, na conta indicada pela Conab, sob pena de execução da totalidade da garantia.
  - **9.4.4.** No caso de seguro-fiança, a Conab executará a apólice.



- 9.5. As especificações do produto adquirido estão contidas no Anexo II.
- **9.6.** A Conab verificará a documentação do produto adquirido e, posteriormente, realizará a conferência de sua respectiva carga na Unidade Armazenadora indicada neste Aviso, para fins de aceitabilidade, por meio de avaliação e análise do produto.
- **9.6.1.** Serão exigidos os documentos legais que comprovem a qualidade estabelecida neste Aviso e na legislação vigente.
- **9.6.1.1.** A documentação deverá estar devidamente assinada e conter todas as informações preenchidas, que devem estar vinculadas ao lote de fabricação do produto.
- **9.6.1.2.** Somente serão aceitos em via original, ou cópia autenticada, ou via assinada eletronicamente contendo código de verificação, ou via com assinatura digital contendo a certificação digital obrigatória.
- 9.6.2. O produto adquirido só será recebido e aceito pela Conab, após a verificação visual do produto e da embalagem e quando acompanhado carga a carga, do Certificado de Classificação, emitido por entidade credenciada pelo Mapa, ou do laudo de análises, conforme descrito na Tabela 1, assinado por técnico legalmente habilitado e com registro na entidade de classe a que pertence.
- **9.6.2.1.** Nesse certificado ou laudo de análise deverá haver a identificação do lote de produção que está sendo entregue, discriminando o seu número e demais codificações e especificações que auxiliem na sua identificação, bem como, a data de fabricação e prazo de validade do produto, ambos grafados em dia, mês e ano **(dd/mm/aa)**. O não atendimento a essas condições e demais exigências estabelecidas implicará em recusa e devolução automática do lote do produto.
- **9.6.2.2.** O número do Certificado de Classificação ou Laudo de Análise deverá constar na Nota Fiscal que acompanha o produto.
- **9.6.2.3.** As informações do lote de produção (número do lote, codificações, a data de fabricação e prazo de validade do produto, ambos grafados em dia, mês e ano (dd/mm/aa)) contido no Certificado/laudo de análise deverão ser as mesmas especificadas nas embalagens individuais e nas embalagens coletivas (capas de fardos e caixas). A identificação dos fardos poderá ser impressa nas próprias embalagens ou feita em papel à parte (rótulo), com letras em cores firmes, com boa nitidez e de fácil visualização.
- **9.6.3.** O prazo de validade a constar nas embalagens do produto adquirido deverá ser de no mínimo 300 dias, contados a partir da data de seu recebimento nos locais de destino que constam na Relação do Cadastro de Lotes (anexo I).
- **9.6.4.** Quando o produto for devolvido em virtude da documentação, a recusa será imediata na recepção da Unidade Armazenadora.
- 9.6.4.1. O produto recusado, que não tenha sido lançado no controle de estoque da Conab, poderá ser substituído, desde que o prazo de entrega estabelecido no subitem 9.1 não tenha sido expirado, incluindo o prazo com multa.
- **9.7.** A avaliação inicial do produto ocorrerá no local da entrega, mediante a conferência da sua quantidade e qualidade e em conformidade com os padrões constantes do Anexo II deste Aviso.



- **9.7.1.** Será inspecionada a qualidade das embalagens secundárias, verificando se elas oferecem condições normais de acondicionamento do produto.
- **9.7.2.** Será inspecionada a qualidade das embalagens primárias, verificando se elas oferecem condições normais de acondicionamento do produto e devidamente marcadas conforme estabelecem os seus respectivos padrões e especificações atentando para o prazo de validade do produto, bem como observar a qualidade da impressão das marcações nas embalagens.
- **9.7.3.** Serão inspecionadas as características sensoriais do produto, que devem ser normais ou características. Devendo ser recusado aquele que porventura acusar a presença de insetos vivos e/ou alguma característica desclassificante como mal estado de conservação, incluindo os processos de fermentação e mofo, odor estranho, produto molhado, latas amassadas, enferrujadas, estufadas ou qualquer tipo de deterioração ou alteração.
- **9.7.4.** O produto será analisado por lote de produção, sendo recusado aquele que não se enquadrar nos padrões e especificações de qualidade da Conab (Anexo II) e demais legislações vigentes.
- **9.8.** Para fins de aceitabilidade efetiva, a qualidade do produto será verificada por meio de classificação ou análise, conforme descrito na Tabela 1:

Tabela 1. Documento obrigatorio i	para Comprovação c	<u>la Qualidade do Produto</u>
PRODUTO	CLASSIFICAÇÃO VEGETAL	ANÁLISE LABORATORIAL
ARROZ BENEFICIADO POLIDO	SIM	NÃO

- 9.8.1. Verificada a divergência de qualidade e/ou especificação do produto, o fornecedor será notificado do fato pela Sureg e terá um prazo de 5 (cinco) dias corridos para requerer a arbitragem com execução de nova classificação ou reanálise, se for de seu interesse.
- **9.8.1.1.** Para realização da arbitragem deverá ser seguido o preconizado no anexo da Instrução normativa SARC/MA nº 006, de 16/05/2001, Mapa, que trata do Regulamento Técnico para Arbitragem relativa à classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.
- **9.8.2.** O fornecedor deverá requerer formalmente à Conab, dentro do prazo previsto no item 9.8.1, a arbitragem, que providenciará a sua realização na mesma empresa classificadora que realizou a classificação ou no mesmo laboratório que realizou a análise.
- **9.8.3.** O fornecedor e a Conab deverão indicar representantes para participar da arbitragem que deverá ser realizada com amostra de arquivo da Conab ou em nova amostra coletada, conforme entendimento estabelecido entre as partes.
- **9.8.4.** O não comparecimento do representante do fornecedor na data, hora e local aprazados, implicará a aceitação da avaliação inicial do produto recebido no destino, findando assim o processo.
  - 9.8.5. Na realização da arbitragem deverá ser lavrada uma Ata com registro de

todas as ocorrências, inclusive de contestações, caso haja, por qualquer das partes interessadas. Todos os presentes devem assinar a Ata.

- **9.8.6.** O resultado da arbitragem será considerado definitivo e será também observado para definir a aceitação ou a recusa do produto, não cabendo a nenhuma das partes recorrer a qualquer outra instância.
- **9.8.7.** As despesas decorrentes do serviço de arbitragem correrão por conta do fornecedor, caso confirme a divergência.
- **9.9.** Confirmada a divergência de qualidade do lote de produção analisado, a operação será cancelada pela Conab referente à quantidade rejeitada, sendo que o cancelamento proporcional deverá se encontrar dentro dos limites estabelecidos no subitem 9.4.
- **9.9.1.** Quando confirmar a recusa total, o produto poderá ser substituído desde que o prazo de entrega estabelecido no subitem 9.1, incluindo o prazo adicional, não tenha expirado.
- **9.9.1.1.** O fornecedor deverá arcar com os custos de nova classificação do novo produto entregue com o fim de substituição.
- **9.9.1.2.** Constatada divergência de qualidade no produto entregue com o fim de substituição, não será permitida nova arbitragem.
- **9.10.** A retirada do produto rejeitado será feita mediante coordenação e orientação da Sureg, recebedora do produto, devendo o fornecedor arcar com os custos de armazenagem, quebras e outros incidentes sobre o produto, a partir da notificação prevista no item 9.8.1 até a quinzena da efetiva retirada.
- **9.11.** Quando previsto em Lei, verificada a divergência de qualidade, o produto ficará retido, à disposição do Ministério da Agricultura e Pecuária-Mapa, sendo o fornecedor notificado do fato pela Sureg, recebedora do produto. O fornecedor terá um prazo de 5 (cinco) dias corridos para requerer a perícia, não sendo admitida a substituição do produto.
- **9.11.1.** No caso de confirmada a divergência, o produto terá a sua comercialização suspensa, com sanções previstas em Lei, sendo a operação cancelada pela Conab e retida a garantia prevista no item 8.
- **9.12.** A Conab, sempre que entender necessário, efetuará a inspeção e fiscalização no fornecedor, objetivando certificar-se de que todas as fases da operação serão efetivamente cumpridas.
- **9.12.1.** Durante a inspeção e fiscalização, o fornecedor deverá permitir o ingresso de funcionários da Conab ou de seu preposto, na dependência de seu estabelecimento, devendo, ainda, oferecer todas as condições necessárias ao desempenho de suas tarefas, inclusive facultando-lhes acesso aos livros fiscais.
- **9.13.** Serão observadas, ainda, a Lei nº 8.078, de 11/09/1990, o art. 69 da Lei nº 9.784, de 29/01/1999 e a Lei nº de 9.972, de 25/05/2000, sendo esta última regulamentada pelo Decreto nº 6.268, de 22/11/2007, como também o disposto no Código Civil (Lei nº 10.406,de 10/01/2002).



#### 10. DO PAGAMENTO DO PRODUTO ENTREGUE:

- **10.1.** O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis contados após a data de aceitabilidade.
- **10.2.** De acordo com o que estabelece a Cláusula Décima do Ajuste Sinief 07/2005, o destinatário de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) deverá manter sob sua guarda o arquivo "xml" da NF-e recebida, pelo prazo estabelecido na legislação tributária.
- **10.2.1.** O pagamento ao fornecedor ficará condicionado, entre outras situações, ao recebimento pela Conab do respectivo arquivo "xml" da NF-e faturada, que deverá ser enviado para o e-mail receptor@conab.gov.br, não sendo aceito arquivo em "pdf" ou "txt" da NF-e.
- **10.2.2.** O pagamento ao fornecedor ficará condicionado, ainda, à regularidade fiscal no Cadin, nos termos previstos nos subitens 4.2 e 4.3. deste Aviso.

# 11. DO CANCELAMENTO DA OPERAÇÃO:

**11.1.** Serão canceladas as operações que não atenderem às condições estabelecidas neste Aviso e no Regulamento para Operacionalização de Compras de Produtos pela Conab - 30.906, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas, quando couber.

#### 12. DO SINISTRO:

**12.1.** A Conab se isenta de efetuar qualquer pagamento relativo ao produto nas hipóteses de ocorrência de: roubo, furto ou sinistro, devidamente noticiados às autoridades competentes.

# 13. DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E REABILITAÇÃO:

- **13.1.** Será considerada infração a prática de qualquer uma das condutas abaixo descritas:
- **13.1.1.** Quando o arrematante frustrar ou fraudar os objetivos da operação previstos neste Aviso e no Regulamento, serão aplicadas as seguintes penalidades:

## 13.1.1.1. cancelamento da operação;

- **13.1.1.2.** suspensão do direito de participar de leilões públicos promovidos pela Conab e impedimento de contratar com a Conab pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades/sanções aplicáveis, conforme parâmetros de aplicação de penalidades nas circunstâncias atenuantes ou agravantes constantes do RLC 10.901;
- **13.1.1.3.** multa no valor correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor da operação, entendendo-se por este o valor total do respectivo COC.
- **13.1.1.4.** As penalidades previstas nos Subitens 13.1.1.1, 13.1.1.2 e 13.1.1.3 permanecerão registradas no Cadastro de Penalidades da Conab até que ocorra a reabilitação;
- **13.1.1.5.** A reabilitação ocorrerá após o cumprimento do prazo estabelecido no Subitem 13.1.1.2 e até o 5.º (quinto) dia útil após o pagamento da

multa estabelecida no Subitem 13.1.1.3 e confirmação do crédito em conta específica constante da Guia de Recolhimento da União (GRU) emitida pela Conab.

- **13.1.2.** Quando o arrematante se encontrar em situação de impedimento ou participar do leilão em desacordo com as exigências definidas nos itens 4 e 5 deste Aviso, a operação será cancelada integralmente;
- **13.1.3.** Quando o arrematante deixar de entregar, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) da quantidade do produto negociado na qualidade requerida neste Aviso, serão aplicadas as seguintes penalidades:
  - **13.1.3.1.** cancelamento da operação;
  - **13.1.3.2.** multa no valor correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor da operação, entendendo-se por este o valor total do respectivo COC.
  - **13.1.3.3.** As penalidades previstas nos Subitens 13.1.3.1, 13.1.3.2 permanecerão registradas no Cadastro de Penalidades da Conab até que ocorra a reabilitação;
  - **13.1.3.4.** A reabilitação ocorrerá até o até o 5.º (quinto) dia útil após o pagamento da multa estabelecida no subitem 13.1.3.2 e confirmação do crédito em conta específica constante da Guia de Recolhimento da União (GRU) emitida pela Conab.
- **13.1.4.** Quando o arrematante deixar de constituir a garantia, serão aplicadas as seguintes penalidades:
  - 13.1.4.1. cancelamento da operação;
  - **13.1.4.2.** multa no valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da operação, entendendo-se por este o valor total do respectivo COC.
  - **13.1.4.3.** As penalidades previstas nos Subitens 13.1.4.1, 13.1.4.2 permanecerão registradas no Cadastro de Penalidades da Conab até que ocorra a reabilitação;
  - **13.1.4.4.** A reabilitação ocorrerá até o até o 5.º (quinto) dia útil após o pagamento da multa estabelecida no Subitem 13.1.4.2 e confirmação do crédito em conta específica constante da Guia de Recolhimento da União (GRU) emitida pela Conab.
- **13.2.** Será concedido pela Conab/Matriz ao fornecedor, o prazo de 10 (dez) dias úteis para o exercício de sua defesa prévia ou requerimento de produção de provas sobre a infração apontada, contados na forma e nas condições estabelecidas no capítulo XV do Regulamento para Operacionalização de Compras pela Conab 30.906.
- **13.3.** Na hipótese do não pagamento da multa prevista nos subitens 13.1.1.3, 13.1.3.2. e 13.1.4.2. deste Aviso, o inadimplente será incluso no Cadin, sujeitando-se aos ditames da Lei n.º 10.522, de 19/07/2002.
- **13.4.** Na hipótese de reincidência a qualquer infração deste Aviso, além da penalidade de multa, será aplicada ao arrematante a suspensão por até 2 (dois) anos



ficando assim impedido de participar das operações da Companhia no período.

- **13.5.** O fornecedor arrematante terá até 15 (quinze) dias corridos, após a emissão da notificação de cobrança, para realizar o pagamento da multa. Findo este prazo, a multa será corrigida pela variação nominal do INPC ou outro índice que vier a ser instituído, acrescido de juros à razão de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização.
- **13.6.** A reabilitação se dará de acordo com as regras estabelecidas no Capítulo XIII do Regulamento para Operacionalização de Compras de Produtos pela Conab 30.906 e, quando for o caso, mediante o recolhimento do valor da multa, na Conta Corrente nº 170.500-8, código de depósito nº 1351002221128867-5, agência 1607-1, do Banco do Brasil.

# 14. DA COMUNICAÇÃO ENTRE A CONAB E O FORNECEDOR:

**14.1.** De acordo com as regras estabelecidas no Capítulo XIV do Regulamento para Operacionalização de Compras de Produtos pela Conab - 30.906.

# 15. DA APRESENTAÇÃO DE RECURSOS:

**15.1.** De acordo com as regras estabelecidas no Capítulo XV do Regulamento para Operacionalização de Compras de Produtos pela Conab - 30.906.

# 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- **16.1.** O Arrematante do leilão, ao participar da Operação, expressa, automaticamente, sua total concordância aos termos deste Aviso e do Regulamento, submetendo-se à aplicação das penalidades decorrentes de seu descumprimento.
- **16.2**. O prazo para a eventual impugnação dos termos e das condições estabelecidas neste Aviso, será de 02 (dois) dias úteis, anteriores à data de realização do leilão, configurando-se a participação no leilão como renúncia a esse direito.
- **16.3.** A Conab, a qualquer momento, reserva-se ao direito de suspender ou cancelar as operações realizadas, no todo ou em parte, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte do fornecedor ou de seus representantes, se constatada qualquer irregularidade, inconsistência de ordem operacional ou no caso de inobservância dos termos deste Aviso e do Regulamento para Operacionalização de Compras de Produtos pela Conab 30.906.
  - **16.4.** A Conab poderá acompanhar e fiscalizar toda e qualquer fase da operação.
- **16.5.** Fica estabelecido o foro de Brasília/DF para conhecer e dirimir quaisquer dúvidas originárias deste Aviso e do Regulamento para Operacionalização de Compras de Produtos pela Conab 30.906.
- **16.6.** A Conab, desde que devidamente motivada e obedecidas todas as condições estabelecidas neste Aviso, poderá acrescer, por lote, até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo contratado em comum acordo com o fornecedor.
  - **16.7.** Os casos omissos, fortuitos ou de força maior serão analisados pela Conab.



THIAGO JOSÉ DOS SANTOS DIRETORIA DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO DIRETOR-EXECUTIVO

JOÃO EDEGAR PRETTO DIRETOR-PRESIDENTE



Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

29/05/2024

Relação do Cadastro de Lotes 06/06/2024 47/2024

15:00

**AM** 

Lote: 1 ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1

Entregar em:

CNPJ: 26.461.699/0080-84 SUREG-AM Inscr. Estadual: 041143124

AV. MIN. MARIO ANDREAZZA DIST. INDUSTRIAL 2196 Manaus-AM

CEP: 69.075-830

Safra: 2023/2024 Otde: 1.500.000.000

Observação:

**Total Ofertado:** 1.500.000,000

AV. MIN. MARIO ANDREAZZA DIST. INDUSTRIAL Manaus-AM

AP

ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1 Lote: 2

CNPJ: 26.461.699/0487-01 PGPM/AGF

RUA HAMILTON SILVA CENTRAL 1500 Macapá-AP CEP: 68.900-068 AV. IRACEMA CARVÃO NUNES CENTRAL Macapá-AP CEP: 68.900-

099 Inscr. Estadual: 30501849

CNPJ: 26 461 699/0220-79 PGPM/AGF

CEP: 69.075-830 Inscr. Estadual: 041185269

Otde: 1.152.000,000 Safra: 2023/2024

Observação:

**Total Ofertado:** 1.152.000,000

BA

ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1 Lote: 3

Entregar em:

CNPJ: 26.461.699/0149-98 SUREG-BA Inscr. Estadual: 71900619 CNPJ: 26.461.699/0227-45 PGPM/AGF

ESTR BA 433 KM 2,5 CENTRO S/N Irecê-BA CEP: 44.900-000 Rua da Polônia Comércio Salvador-BA CEP: 40.015-150 Inscr. Estadual:

000391890

Safra: 2023/2024 Otde: 18,000,000,000

Observação:

18.000.000,000 **Total Ofertado:** 

CE

Lote: 4 ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1

Faturar em: Entregar em:

CNPJ: 26.461.699/0110-34 SUREG-CE Inscr. Estadual: 068332386 CNPJ: 26.461.699/0239-89 PGPM/AGF

ROD. CE 01 - KM 5 - DISTRITO INDUSTRIAL S/N Maracanaú-CE CEP: RUA ANTONIO POMPEU, 555 1 ANDAR SETOR CENTRO Fortaleza-CE CEP: 60.040-001 Inscr. Estadual: 61005720 61.900-000

Safra: 2023/2024 Otde: 18,000,000,000

Observação:

**Total Ofertado:** 18.000.000,000

DF

ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1 Lote: 5

Faturar em: Entregar em:

SIA SUL TRECHO 05 LOTES 300/400 SETOR-INDUSTRIA S/N Brasília-

DF CEP: 70.310-500

CNPJ: 26.461.699/0274-61 PGPM/AGF

SIA/SUL QUADRA 5 LOTE 300/400 GL 5 SL 2 GUARA Brasília-DF

CEP: 71.205-050 Inscr. Estadual: 0731277700501

Safra: 2023/2024 Qtde: 12.234.000,000

Observação:

**Total Ofertado:** 12.234.000,000

ES

ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1 Lote: 6

Entregar em: Faturar em: CNPJ: 26.461.699/0231-21 PGPM/AGF

CNPJ: 26.461.699/0491-98 SUREG-ES Inscr. Estadual: 082979677

AVENIDA DOMINGOS ALCINO DADALTO IBC 223 Cachoeiro de

Itapemirim-ES CEP: 29.315-314 Safra: 2023/2024 Qtde: 12.000.000,000

Observação:

AV PRINCESA ISABEL 629 SL COML 702 CENTRO Vitória-ES CEP:

29.010-904 Inscr. Estadual: 081451334



#### Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

29/05/2024

Relação do Cadastro de Lotes 47/2024 06/06/2024

Otde:

15:00

ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1 Lote: 7

Entregar em: CNPJ: 26.461.699/0385-87 SUREG-ES Inscr. Estadual: 082017263

ROD BR 259 KM 50 BEIJAMIM CARLOS DOS SANTOS S/N Colatina-

ES CEP: 29.700-000

29.010-904 Inscr. Estadual: 081451334 15,360,000,000

Safra: 2023/2024 Observação:

> **Total Ofertado:** 27.360.000,000

AV PRINCESA ISABEL 629 SL COML 702 CENTRO Vitória-ES CEP:

GO

ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1 Lote: 8

Entregar em:

CNPJ: 26.461.699/0139-16 SUREG-GO Inscr. Estadual: 102246262 CNPJ: 26.461.699/0217-73 PGPM/AGF

RUA RIO DA PRATA, N. 1804 VILA EDUARDA S/N São Luís de

Montes Belos-GO CEP: 76.100-000

Safra: 2023/2024 Otde: 9.000.000.000

Observação:

**Total Ofertado:** 9.000.000,000

MA

Lote: 9 ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1

CNPJ: 26.461.699/0413-75 SUREG-MA Inscr. Estadual: 121134482 ROD BR 010 KM 1340-SAIDA P/PORTO FRANCO ROD BR 010 KM

1340-SAIDA P/ PORTO FRANCO, S/N - 49028702126 S/N Imperatriz-

MA CEP: 65.903-270

CNPJ: 26.461.699/0223-11 PGPM/AGF

74.670-400 Inscr. Estadual: 102320136

CNPJ: 26.461.699/0231-21 PGPM/AGF

RUA DOS SABIAS, 04 QUADRA 05 PAVMENTO 2 SALA 05 RENASCENCA II São Luís-MA CEP: 65.075-360 Inscr. Estadual:

RUA DOS SABIAS, 04 QUADRA 05 PAVMENTO 2 SALA 05

RENASCENCA II São Luís-MA CEP: 65.075-360 Inscr. Estadual:

AV. MEIA PONTE 2748 STR STA GENOVEVA Goiânia-GO CEP:

121128520

121128520

Safra: 2023/2024 Qtde:

Observação:

ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1 Lote: 10

Entregar em: Faturar em: CNPJ: 26.461.699/0374-24 SUREG-MA Inscr. Estadual: 121693015 CNPI: 26 461 699/0223-11 PGPM/AGF

ROD BR 135 KM 01 - PATIO DA RFFSA S/N São Luís-MA CEP: 65.051-

Safra: 2023/2024 Otde: 3.000.000.000

Observação:

**Total Ofertado:** 27.000.000,000

MG

ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1 Lote: 11

Entregar em:

CNPJ: 26.461.699/0402-12 SUREG-MG Inscr. Estadual: 1157450131957 AV. NEWTON FERREIRA DE PAIVA, Nº 38 N SRA. APARECIDA 38

Campos Altos-MG CEP: 38.970-000

Faturar em:

CNPJ: 26.461.699/0225-83 PGPM/AGF

AVENIDA PRUDENTE DE MORAIS, 1671, 3º ANDAR - SANTO ANTONIO SANTO ANTONIO Belo Horizonte-MG CEP: 30.350-213

Inscr. Estadual: 0627450130571

Safra: 2023/2024 Qtde: 10.329.000,000

Observação:

ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1 Lote: 12

Entregar em: Faturar em:

CNPJ: 26.461.699/0200-25 SUREG-MG Inscr. Estadual: 4997450131750 ROD BR 381 FERNAO DIAS KM 665 S/N Perdões-MG CEP: 37.260-000

CNPJ: 26.461.699/0225-83 PGPM/AGF

AVENIDA PRUDENTE DE MORAIS, 1671, 3° ANDAR - SANTO

ANTONIO SANTO ANTONIO Belo Horizonte-MG CEP: 30.350-213

Inscr. Estadual: 0627450130571

Safra: 2023/2024 Qtde: 23.952.000,000

Observação:

Lote: 13 ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1

ALAMEDA DO CAFE Nº 1000 - JARDIM ANDERE JARDIM ANDERE

1000 Varginha-MG CEP: 37.026-400

CNPJ: 26.461.699/0225-83 PGPM/AGF

AVENIDA PRUDENTE DE MORAIS, 1671, 3º ANDAR - SANTO

ANTONIO SANTO ANTONIO Belo Horizonte-MG CEP: 30.350-213

Inscr. Estadual: 0627450130571

Safra: 2023/2024 29.500.000,000 Otde:

Observação:



Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

29/05/2024

Relação do Cadastro de Lotes 47/2024 06/06/2024

15:00

Lote: 14 ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1

Entregar em:

ALAMEDA DO CAFE Nº 1000 - JARDIM ANDERE JARDIM ANDERE

1000 Varginha-MG CEP: 37.026-400

CNPJ: 26.461.699/0225-83 PGPM/AGF

CNPJ: 26.461.699/0238-06 PGPM/AGF

CNPJ: 26.461.699/0235-55 PGPM/AGF

CEP: 78.115-901 Inscr. Estadual: 131299093

232 Inscr. Estadual: 282677933

AVENIDA PRUDENTE DE MORAIS, 1671, 3º ANDAR - SANTO ANTONIO SANTO ANTONIO Belo Horizonte-MG CEP: 30.350-213

AV MATO GROSSO VILA CIDADE Campo Grande-MS CEP: 79.002-

RUA ANIBAL MOLINA RIBEIRO PONTE NOVA Várzea Grande-MT

Inscr. Estadual: 0627450130571

Safra: 2023/2024 Qtde: 29.519.000,000

Observação:

**Total Ofertado:** 93.300.000,000

MS

ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1 Lote: 15

Faturar em: Entregar em:

CNPJ: 26.461.699/0128-63 SUREG-MS Inscr. Estadual: 282662316

AV PRINCIPAL 2 NUCLEO INDUSTRIAL 20 Campo Grande-MS CEP:

79.108-550

Safra: 2023/2024 Qtde:

Observação:

Total Ofertado: 3.135.000,000

MT

Faturar em:

ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1 **Lote: 16** 

Entregar em:

CNPJ: 26.461.699/0021-24 SUREG-MT Inscr. Estadual: 131142909

RODOVIA BR 364, KM 199, 10, LE Zona Rural S/N Rondonópolis-MT

CEP: 78.710-129

Qtde: 5.565.000,000 Safra: 2023/2024

Observação:

**Total Ofertado:** 5.565.000,000

PA

ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1 Lote: 17

Entregar em: Faturar em:

CNPJ: 26.461.699/0079-40 SUREG-PA Inscr. Estadual: 151584214 ESTRADA DO MOCAJATUBA - KM 05 - UA ANANINDEUA

DISTRITO INDUSTRIAL S/Nº Ananindeua-PA CEP: 67.030-180

CNPJ: 26.461.699/0219-35 PGPM/AGF

RUA JOAQUIM NABUCO - UNIDADE NÚCLEO PGPM NAZARÉ

Belém-PA CEP: 66.055-300 Inscr. Estadual: 151596689

Qtde: 4.500.000,000 Safra: 2023/2024

Observação:

**Total Ofertado:** 4.500.000,000

PB

Lote: 18 ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1

CNPJ: 26.461.699/0416-18 SUREG-PB Inscr. Estadual: 160614783

AV. ASSIS CHATEAUBRIAND DISTRITO INDUSTRIAL 4885 Campina

Grande-PB CEP: 58.105-421

CNPJ: 26.461.699/0242-84 PGPM/AGF

RUA PROJETADA Y2 DISTRITO INDUSTRIAL João Pessoa-PB CEP:

58.082-025 Inscr. Estadual: 160907977

Safra: 2023/2024 5.994.000.000 Otde:

Observação:

ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1 Lote: 19

Entregar em: CNPJ: 26.461.699/0038-72 SUREG-PB Inscr. Estadual: 160686733

RUA PROJETADA Y2 Distrito Industrial 225 João Pessoa-PB CEP:

58.082-025

CNPJ: 26.461.699/0242-84 PGPM/AGF

RUA PROJETADA Y2 DISTRITO INDUSTRIAL João Pessoa-PB CEP:

58.082-025 Inscr. Estadual: 160907977

Safra: 2023/2024 Otde: 7.830.000.000

Observação:

**Total Ofertado:** 13.824.000,000

PE



#### Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

29/05/2024

Relação do Cadastro de Lotes 47/2024 06/06/2024

15:00

Lote: 20 ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1

Entregar em:

CNPJ: 26.461.699/0047-63 SUREG-PE Inscr. Estadual: 007151233

ESTRADA DO BARBALHO, 960 - IPUTINGA CENTRO S/N Recife-PE

CEP: 50.690-000

ESTRADA DO BARBALHO IPUTINGA Recife-PE CEP: 50.690-000

Inscr. Estadual: 194189791

Estadual: 1011240611

CNPJ: 26.461.699/0241-01 PGPM/AGF

Inscr. Estadual: 17039606

Safra: 2023/2024 Otde: 30.003.000.000

Observação:

**Total Ofertado:** 30.003.000,000

PΙ

ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1 Lote: 21

Entregar em:

CNPJ: 26.461.699/0409-99 SUREG-PI Inscr. Estadual: 194519651 CNPJ: 26.461.699/0224-00 PGPM/AGF RUA HONORIO DE PAIVA PIÇARRA Teresina-PI CEP: 64.017-112

AV SENADOR HELVIDIO NUNES JUNCO 2810 Picos-PI CEP: 64.600-

Safra: 2023/2024 Otde: 3.000.000,000

Observação:

**Total Ofertado:** 3.000.000,000

PR

Lote: 22 ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1

Entregar em: CNPJ: 26.461.699/0233-93 PGPM/AGF

CNPJ: 26.461.699/0052-20 SUREG-PR Inscr. Estadual: 1015939164

RUA MAUA N. 1116 - CENTRO CIVICO 1116 Curitiba-PR CEP: 80.030-

Safra: 2023/2024 Qtde: 10.740.000,000

Observação:

**Total Ofertado:** 10.740.000,000

R. MAUA N.1116 CENTRO CÍVICO Curitiba-PR CEP: 80.030-200 Inscr.

RO

ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1 Lote: 23

Faturar em: Entregar em:

CNPJ: 26.461.699/0009-38 SUREG-RO Inscr. Estadual: 00000000333042 CNPJ: 26.461.699/0236-36 PGPM/AGF

RUA DO CAIS PANAIR 172 Porto Velho-RO CEP: 76.801-361 AV.FARQUAR NR 3.305 PEDRINHAS Porto Velho-RO CEP: 78.904-660

Inscr. Estadual: 00000000333786

Safra: 2023/2024 Qtde: 2.400.000,000

Observação:

**Total Ofertado:** 2.400.000,000

RR

ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1 Lote: 24

Entregar em: Faturar em:

CNPJ: 26.461.699/0451-09 SUREG-RR Inscr. Estadual: 240139466 CNPJ: 26.461.699/0481-16 PGPM/AGF

AV VENEZUELA MECEJANA Boa Vista-RR CEP: 69.309-690 Inscr. AV VENEZUELA MECEJANA 1120 Boa Vista-RR CEP: 69.309-690

Estadual: 240171901

Safra: 2023/2024 Qtde:

Observação:

**Total Ofertado:** 915.000,000

RS

Lote: 25 ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1

Entregar em: Faturar em:

CNPJ: 26.461.699/0093-07 SUREG-RS Inscr. Estadual: ISENTO CNPJ: 26.461.699/0229-07 PGPM/AGF

AV MISSOES 287 - PAVILHÃO Nº 01 S/N Porto Alegre-RS CEP: 90.230-R QUINTINO BOCAIUVA FLORESTA Porto Alegre-RS CEP: 90.440-100

051 Inscr. Estadual: 0962188115

Safra: 2023/2024 Qtde: 11.643.000,000

Observação:

**Total Ofertado:** 11.643.000,000

SC





## Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

29/05/2024

Relação do Cadastro de Lotes 47/2024 06/06/2024

15:00

Lote: 26 ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1

Entregar em:

CNPJ: 26.461.699/0049-25 SUREG-SC Inscr. Estadual: 250497867

RUA DORIVAL DE BRITO E SILVA Centro 62 Herval d'Oeste-SC CEP:

89.610-000

CNPJ: 26.461.699/0234-74 PGPM/AGF

RUA FRANCISCO PEDRO MACHADO BARREIROS São José-SC CEP:

88.117-402 Inscr. Estadual: 250166240

Safra: 2023/2024 Qtde: 3.000.000,000

Observação:

Lote: 27 ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1

Entregar em: Faturar em:

CNPJ: 26.461.699/0330-03 SUREG-SC Inscr. Estadual: 253347009

RUA FRANCISCO PEDRO MACHADO BARREIROS S/N São José-SC

CEP: 88.117-402

CNPJ: 26.461.699/0234-74 PGPM/AGF

RUA FRANCISCO PEDRO MACHADO BARREIROS São José-SC CEP:

Q ACSU SO 60, AV TEOTONIO SEGURADO, CONJ 01, LT 02 PLANO

DIRETOR SUL Palmas-TO CEP: 77.016-330 Inscr. Estadual: 290406366

88.117-402 Inscr. Estadual: 250166240

Safra: 2023/2024 Qtde: 1.275.000,000

Observação:

**Total Ofertado:** 4.275.000,000

TO

ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 1 Lote: 28

Entregar em: Faturar em: CNPJ: 26.461.699/0226-64 PGPM/AGF

CNPJ: 26.461.699/0324-65 SUREG-TO Inscr. Estadual: 290523133

EST DA FAZ DOS RANCHOS 02 KM 25 ZONA RURAL S/N Formoso

do Araguaia-TO CEP: 77.470-000 Safra: 2023/2024

Qtde: 2.454.000,000

Observação:

**Total Ofertado:** 2.454.000,000

**Total Geral:** 300.000.000,000

# MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR – MDA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB) DIRETORIA DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO (DIRAB) SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES COMERCIAIS (SUOPE) GERÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ESTOQUES (GECOM)

#### **ANEXO II**



#### PADRÕES - ESPECIFICAÇÕES

Revisão

10/05/2024

IDENTIFICAÇÃO	
2. Produto ARROZ BENEFICIADO POLIDO LONGO FINO - TIPO 1	3. Programa MP nº 1.217, de 09 de maio de 2024.

ESPECIFICAÇÃO		
Constantes Físico-Químicas	5. Padrão	6. Métodos Analíticos
Umidade do Grão (% p/p)	Máximo 14,00	Instrução Normativa MAPA nº 06/2009
Matérias Estranhas e Impurezas no lote (% p/p)	Máximo 0,10	Instrução Normativa MAPA nº 06/2009
Grãos Mofados e Ardidos (% p/p)	Máximo 0,15	Instrução Normativa MAPA nº 06/2009
Grãos Picados ou Manchados (% p/p)	Máximo 1,75	Instrução Normativa MAPA nº 06/2009
Grãos Gessados e Verdes (% p/p)	Máximo 2,00	Instrução Normativa MAPA nº 06/2009
Grãos Rajados (% p/p)	Máximo 1,00	Instrução Normativa MAPA nº 06/2009
Grãos Amarelos (% p/p)	Máximo 0,50	Instrução Normativa MAPA nº 06/2009
Total de Grãos Quebrados e Quirera (% p/p)	Máximo 7,50	Instrução Normativa MAPA nº 06/2009
Total de Quirera (% p/p)	Máximo 0,50	Instrução Normativa MAPA nº 06/2009
Marinheiro (unidades/1.000g)	Máximo 10	Instrução Normativa MAPA nº 06/2009
Classe	Longo Fino	Instrução Normativa MAPA nº 06/2009

#### Observações

- Características Sensoriais:
  - Aspecto, cor, odor e sabor: característicos do produto.
- Deve ser observada a Instrução Normativa MAPA nº 06, de 16 de fevereiro de 2009, que aprova o Regulamento Técnico do Arroz definindo o seu padrão oficial de classificação.
- Atender toda legislação vigente no momento da aquisição, bem como a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
- MAPA: Ministério da Agricultura e Pecuária.

#### 8. Embalagem

- Marcações obrigatórias nas embalagens primárias:
  - Classe; Tipo; Denominação de venda; Marca comercial; Nome empresarial; CNPJ/CPF e endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto; Identificação do lote; Conteúdo Iíquido; Prazo de validade; e demais informações exigidas pelas legislações vigentes, no momento da aquisição do produto.
- no caso de produto importado embalado e destinado diretamente à alimentação humana, além das exigências contidas acima, deverão constar ainda as seguintes informações nas embalagens primárias:
  - a) país de origem; e
  - b) nome empresarial, endereço e CNPJ do importador.
- Embalagens Primárias Permitidas:
  - Pacotes de polietileno virgem, com capacidade para acondicionar 5 kg do produto com espessura mínima por parede de 0,08 mm, transparentes e incolores (total ou parcialmente, de modo a permitirem a visualização do produto). As marcações obrigatórias devem ser impressas no sistema rotogravura.
- Embalagens Secundárias Permitidas:
  - de polietileno virgem com espessura mínima de 0,10mm por parede;
  - de papel kraft virgem folha simples com gramatura mínima de 120g/m²;
  - de papel kraft virgem folha dupla com gramatura mínima de 80g/m², por folha; ou
  - de papel kraft virgem elaborado com sisal folha dupla com gramatura mínima de 100g/m², por folha.

9. Elaborado por	
ARTHUR SANTOS J. DA COSTA - 106.869	SUFIS
Nome / Matrícula	Lotação

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR – MDA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB) DIRETORIA DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO (DIRAB) SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES COMERCIAIS (SUOPE) GERÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ESTOQUES (GECOM)

## **ANEXO III**

# **AUTORIZAÇÃO PARA COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO E DÉBITO**

(Nome e qualificação civil), autorizo, nos termos dos arts. 368 e 369 do Código Civil, a compensação entre o crédito decorrente do pagamento do Aviso/, Lote (s), com meu débito incontroverso constante no sistema de cobrança da Conab.
(Cidade e data)

Assinatura

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR – MDA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB)
DIRETORIA DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO (DIRAB)
SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES COMERCIAIS (SUOPE)
GERÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ESTOQUES (GECOM)

## **ANEXO IV**

LAYOUT DAS EMBALAGENS PRIMÁRIAS

A SER DIVULGADO OPORTUNAMENTE

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR – MDA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB)
DIRETORIA DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO (DIRAB)
SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES COMERCIAIS (SUOPE)
GERÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ESTOQUES (GECOM)

#### **ANEXO IV**

LAYOUT DAS EMBALAGENS PRIMÁRIAS (VERSO)

A SER DIVULGADO OPORTUNAMENTE

**OBSERVAÇÃO:** Deverá constar na embalagem primária o Código de Numeração Global de Item Comercial (GTIN) a ser divulgado, e o código Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR – MDA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB)
DIRETORIA DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO (DIRAB)
SUPERINTENDÊNCIA DE OPERAÇÕES COMERCIAIS (SUOPE)
GERÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ESTOQUES (GECOM)

#### **ANEXO V**

LAYOUT DAS EMBALAGENS SECUNDÁRIAS

A SER DIVULGADO OPORTUNAMENTE

**OBSERVAÇÃO:** Para assegurar a qualidade da produção gráfica e por se tratar de embalagem, os arrematantes/fornecedores deverão utilizar os documentos originais, em alta qualidade, para tanto, deverá ser seguido o Manual de Uso da Marca do Governo Federal disponível no seguinte endereço: <a href="https://www.gov.br/mdr/pt-br/imprensa/Manualdeusodamarca.pdf">https://www.gov.br/mdr/pt-br/imprensa/Manualdeusodamarca.pdf</a>